

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TUNÁPOLIS CNPJ: 12.273.240/0001-49 Telefone: (49) 3632-1122 Endereço: Rua Albino Frantz, 67 - Centro CEP: 89898-000 - Tunápolis	Dispensa de licitação 2/2022
	Número Processo: 4/2022 Data do Processo: 19/01/2022

OBJETO DO PROCESSO

ESSA DISPENSA DE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DEVIDO À PANDEMIA DO COVID 19, PARA PACIENTES QUE PROCURAM A UNIDADE DE SAÚDE COM SINTOMAS E DIAGNOSTICADOS COM O COVID.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nº 1/2022

Reuniram-se no dia 19/01/2022, as 05:00 os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria/Decreto Nº 2262/2021, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório Nº 4/2022 na modalidade de Dispensa de licitação. Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

PARECER DA COMISSÃO

PROCESSO Nº 04/2022

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, IV da Lei Federal nº 8.666/93

ASSUNTO: ESSA DISPENSA DE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DEVIDO À PANDEMIA DO COVID 19, PARA PACIENTES QUE PROCURAM A UNIDADE DE SAÚDE COM SINTOMAS E DIAGNOSTICADOS COM O COVID.

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social de Tunápolis - SC

ASPECTOS PRELIMINARES DO CASO EM APREÇO

A pedido da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, em face de justificativa apresentada, passamos a analisar as razões de fato e de direito que cercam a solicitação de Aquisição de medicamentos COVID-19 para uso na Unidades de Saúde de Tunápolis, com espeque no art. 24, IV da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista a um aumento considerável de casos positivos de coronavírus, quais chegam na data de hoje a 87.

Referida contratação se mostra necessária e extremamente urgente visto a necessidade de atendimento a população que apresente positividade, não se tendo nesse momento uma estimativa quanto a diminuição ou aumento dos casos.

Certo é, a despeito de qualquer discussão técnico-jurídica que se possa travar a respeito das razões de fato que suscitaram o pedido de aquisição dos medicamentos, que não se pode negar que ela caracteriza uma situação perfeitamente enquadrada no melhor e mais aperfeiçoado entendimento legal, que torna possível, numa primeira análise, a dispensa de licitação com espeque art. 24, IV da Lei Federal 8.666/93.

Destarte, passa-se a analisar os aspectos jurídicos legais que cingem o caso em epígrafe.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A pedido da Secretária da Saúde e bem estar social, em face da justificativa apresentada, passamos a analisar as razões de fato e de direito que cercam a solicitação de aquisição de medicamentos COVID-19 em caráter emergencial, com espeque no art. 24, IV da Lei Federal nº 8.666/93.

A aquisição se fez em regime de urgência, visto tratar-se de necessidade não possível de ser prevista em momento pretérito, por conta do alto grau de infestação apresentado de forma repentina.

Diante da necessidade imediata de aquisição de tais medicamentos para manter suprido o posto de saúde do município para uma pronta resposta em caso de necessidade dos pacientes.

É o dever/poder do Município, a exigir que providências sejam imediatamente tomadas, sob pena de responsabilização da autoridade competente.

Destarte, passa-se a analisar os aspectos jurídicos legais que cingem o caso em epígrafe.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O legislador pátrio entendeu, conforme disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988 que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Como se vê, inteligentemente o Legislador ressaltou as hipóteses em que o processo licitatório, por diversas razões poderia não se mostrar viável.

Uma das hipóteses ressaltada por lei, conforme prescreveu ao art. 37, XXI da CF, contempla situações emergenciais ou urgentes que possam colocar em risco pessoas ou bens.

A dispensa de licitação é exceção à regra da obrigatoriedade de licitação, contida no art. 37, XXI da Constituição Federal, que também indicou a possibilidade de afastamento da licitação em certas situações autorizadas pela lei. Vejamos:

“Art. 37.

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.” (grifamos).

Diversas normas excepcionais são consagradas no ordenamento para lidar com situações igualmente excepcionais, das quais destacamos para o presente caso a contratação direta, com dispensa de licitação, de empresas para prestação de serviços, fornecimento de bens e execução de obras, nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando houver risco de prejuízo ou comprometimento à segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares (art. 24, III e IV, da Lei 8.666/1993).

Com base na ressalva à regra da licitação contida no dispositivo constitucional supracitado a Lei regente nº 8.666/1993 trouxe, em seu art. 24, a descrição de diversos casos onde a licitação poderia ser dispensada, verificando-se assim e especialmente o inciso IV qual trás a seguinte redação:

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”. (grifamos).

Eis, pois, os dispositivos legais autorizadores da contratação direta, com dispensa de licitação, sempre que caracterizada a urgência do atendimento e sem perder de vista o interesse público.

Em situação de anormalidade (estado de necessidade administrativo), o próprio ordenamento jurídico reconhece, portanto, medidas excepcionais (legalidade extraordinária) para o atendimento do interesse público.

Nas situações de estado de necessidade, a visão rígida e tradicional sobre o princípio da legalidade, segundo a qual a Administração Pública somente poderia atuar se autorizada pela lei, sem qualquer margem de inovação – tema bastante controvertido na doutrina, sofre mitigações para viabilizar atuações administrativas normativas (regulamentos de necessidade) ou concretas caracterizadas como urgentes, excepcionais, temporárias e proporcionais.

Assim, coadunando os fatos com as razões de direito acima estampadas, não resta dúvida de estar-se diante de uma legítima situação que suscita a dispensa de licitação para posterior aquisição do referidos medicamentos da forma mais rápida possível, no sentido único de se estar assegurando a saúde de nosso cidadão.

DA JUSTIFICATIVA DO AFASTAMENTO DA LICITAÇÃO

Sobre a justificativa do afastamento da licitação, este item encontra-se presente nos autos, em documento devidamente assinado pela Secretária da Saúde e Bem Estar Social, ocasião em que a mesma demonstra a necessidade de aquisição dos medicamentos em face do aumento significativo e repentino dos casos de positividade para coronavírus.

Verifica-se ainda a chancela da autoridade competente à justificativa apresentada encontra-se, de modo que se pode considerar atendida a exigência normativa neste quesito, ao menos no que tange aos seus aspectos jurídico-formais.

É importante lembrar que a teoria dos motivos determinantes preconiza que os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos. Até mesmo sua validade dependerá da efetiva existência dos motivos apresentados.

Destarte, quanto à justificativa da aquisição, não cabe a Assessoria Jurídica adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto em caso de afronta a preceitos legais. O papel da Assessoria Jurídica é recomendar que tal justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à pertinência ou necessidade da contratação.

Neste item foi cumprida a formalidade legal imposta.

DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Sobre a justificativa da escolha do fornecedor, este item encontrasse presente nos autos, em documento devidamente assinado pela responsável.

A escolha recaiu na contratação da empresa, por apresentar disponibilidade e qualificação técnica capaz de atender as exigências necessárias.

DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Sobre a justificativa do preço, este item encontra-se presente nos autos, em documento devidamente assinado pela empresa a ser contratada, diante de orçamentos apresentados, e sendo o preço orçado o menor encontrado no mercado local.

Resta regularmente cumprida a exigência legal neste quesito.

DA PREVISÃO DE EXISTÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A Lei nº 8.666/93, estabelece que a contratação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes da aquisição a ser executada no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.

A declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, com indicação de rubrica específica e suficiente encontra-se nos autos, atestando a regularidade do feito neste quesito.

DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DA LICITAÇÃO

Superadas as etapas relativas ao planejamento da contratação, como a definição do objeto e a indicação do recurso próprio para a despesa, torna-se possível ao gestor avaliar a oportunidade e a conveniência de se realizar a contratação.

A abertura do processo de dispensa de licitação foi devidamente autorizado como determina a legislação, contendo todas as justificativas previstas na legislação, perfazendo assim os ditames legais que regem a matéria.

No presente caso, tal exigência foi cumprida, estando em conformidade com o estabelecido na legislação em vigente.

DA DESIGNAÇÃO DOS AGENTES COMPETENTES PARA O PRESENTE FEITO

Para a realização da licitação, ou como no presente caso, dispensa de licitação, a autoridade competente deve designar a Comissão Permanente de Licitações, para elaborar todos os procedimentos relativos as licitações, ou os procedimento pertinentes na hipótese das exceções legais a licitações.

Percebe-se preenchido este requisito quando se verifica a presença nos autos do despacho do chefe do Poder Executivo Municipal.

CONCLUSÃO

Assim, conclui-se, quanto à instrução processual, que os requisitos inerentes foram devidamente cumpridos no presente feito, pelo que somos de parecer favorável a compra, via dispensa de licitação.

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e na Lei nº 8.666/93.

Destarte, não se incluem no âmbito de análise da Assessoria Jurídica os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente do Município de Tunápolis – SC.

Dessa feita e diante do exposto, ponderando pela prova de regularidade fiscal como requisito básico para Contratar com o Poder Público, bem como a completa desnecessidade de mover procedimento licitatório que comportaria ainda em maior ônus a Administração, observando o inteiro teor deste parecer, nosso posicionamento é favorável a Dispensa prevista desde que atendidos todos requisitos aqui mencionados.

É o Parecer.

À consideração superior.

Tunápolis, 19 de janeiro de 2022.

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO

Assessor Jurídico

OAB/SC 31.520

COMUNICAÇÃO INTERNA

Do: Gabinete do Prefeito
Para: Assessoria Jurídica

Senhor Assessor Jurídico

Tendo em vista a necessidade de Aquisição de medicamentos COVID-19, ocasião em que, o município busca respeitar devidamente o princípio legal é que nos dirigimos a este departamento.

Diante da necessidade constatada pela responsável, mostra imprescindível a contratação do citado serviço.

Assim submeto a documentação em anexo (Orçamentos, previsão orçamentária, justificativas) para análise e parecer acerca da modalidade de Licitação a ser adotada no presente caso.

Atenciosamente,

Tunápolis, 19 de janeiro de 2022

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal

COMUNICAÇÃO INTERNA

Do: Prefeito Municipal
Para: Setor de Licitações

Com o presente, solicito de Vossa Senhoria os bons préstimos no sentido de realizar Processo Licitatório de Dispensa de Licitação por com fulcro no artigo 24, inc. IV da Lei n. 8.666/93, para Aquisição de medicamentos COVID-19 da forma apresentada pela documentação que segue em anexo.

Atenciosamente,

Tunápolis, 19 de janeiro de 2022.

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal

COMUNICAÇÃO INTERNA

Da: Assessoria Jurídica Municipal
Para: Gabinete do Prefeito Municipal

Senhor Prefeito.

Em atenção a solicitação recebida deste gabinete para expedição de parecer jurídico para Aquisição de medicamentos COVID-19, informamos que segue em anexo nossas considerações.

Informamos ainda que somos de parecer favorável pela dispensa de licitação da forma melhor fundamentada no parecer que ora se junta aos presentes autos.

Respeitosamente.

Tunápolis, 19 de janeiro de 2022

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO
OAB/SC 31.520
Assessor Jurídico

6. DO PREÇO:

O valor ajustado pela contratação é de R\$ 9.364,50(nove mil trezentos e sessenta e quatro reais cinquenta centavos), pelo menor valor de cada fornecedor, considerando que foram realizados orçamentos com 03 (três) fornecedores deste ramo de atividade.

8. TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o relevante interesse público municipal em questão, com base no art. 24, IV da Lei Federal 8.666/93., ratifico este processo de dispensa e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados. Publique-se de acordo com o artigo 26, da Lei nº 8.666/93.

9 – DO CONTRATO:

9.1 Será dispensada a celebração de termo Especifico de Contrato entre as partes, na forma do disposto no artigo 62 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passando a substituí-lo os seguintes instrumentos:

- a) O edital da Dispensa
- b) A Proposta Escrita
- c) A Nota de Empenho;
- d) Autorização de Fornecimento.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

Fica homologado e Adjudicado o presente processo de dispensa de Licitação em favor das empresas: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 02.520.829-0003-02, no valor de R\$ 2.695,50(seis mil novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ 05.531.725/0001-20, pelo valor de R\$ 612,00(seiscentos e doze reais), PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ 81.706.251/0001-98, pelo valor de R\$ 1.697,00(um mil seiscentos e noventa e sete reais) e a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ 00.802.002/0001-02, pelo valor de R\$ 4.360,00(quatro mil trezentos e sessenta reais), totalizando o valor total da dispensa de licitação de R\$ 9.364,50(nove mil trezentos e sessenta e quatro reais cinquenta centavos). Assim, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, com subsequente empenho, nos moldes deste documento, depois de cumpridas todas as exigências impostas pela Lei Federal nº. 8.666/93 para a efetivação do mesmo.

Tunápolis,SC., 19 de janeiro de 2022

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

A Comissão de licitação verificou somente que os fornecedores supramencionados estão com a regularidade fiscal e trabalhista em dia, de acordo com negativas que se encontram anexo ao processo.

Tunápolis, SC., 19 de janeiro de 2022.

Presidente da Comissão de Licitação

Membro

Membro

Sucesso ao cadastrar o registro no TCE:

Processo: 4/2022;

Sequencial: 2;

Modalidade: Dispensa de licitação.

Código registro TCE: 82A65A0C2E02D454F0E1EDDF3AC99C394AECCCEC

Participante: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
------	---------------	------	---------	-------	----------------	-------------

1	ACEBROFILINA 10MG/ML 120 ML - ACEBROFILINA 10MG/ML 400,000 120 ML	FRS			5,5800	2.232,00
2	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE 120ML - ACEBROFILINA 150,000 5MG/ML XAROPE 120ML	FRS			3,0900	463,50

Total do Participante: 2.695,50

Participante: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	ACETILCISTEINA XAROPE ADULTO 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO - ACETILCISTEINA XAROPE ADULTO 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 120 ML	400,000	FRS		10,4500	4.180,00
4	METOCLOPRAMIDA 10 MG CP - METOCLOPRAMIDA 10 MG CP	2.000,0	CP		0,0900	180,00

Total do Participante: 4.360,00

Participante: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
5	DEXCLORFENIRAMINA 2MG-ML FRACO COM 100 ML - DEXCLORFENIRAMINA 2MG-ML FRACO COM 100 ML	300,000	FRS		1,1200	336,00
6	ACETILCISTEINA 600 MG SACHE - ACETILCISTEINA 600 MG SACHE	500,000	SACHE		0,8200	410,00
7	BROMOPRIDA 5MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2ML - BROMOPRIDA 5MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2ML	200,000	AMP		2,6000	520,00
8	METOCLOPRAMIDA 5MG IM IV - METOCLOPRAMIDA 5MG IM IV	100,000	AMP		0,5600	56,00
9	PREDNISONA 20 MG BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS OU BLÍSTER FRACIONÁVEL - PREDNISONA 20 MG BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS OU BLÍSTER FRACIONÁVEL	2.500,0	CP		0,1500	375,00

Total do Participante: 1.697,00

Participante: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
10	AMBROXOL 30MG-5ML,100 ML - AMBROXOL 30MG-5ML,100 ML	300,000	FRS		2,0400	612,00

Total do Participante: 612,00

Total Geral: 9.364,50

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Tunápolis, 19/01/2022

BLASIO DILL

MEMBRO

Edison Bieger

PRESIDENTE

JÁINE ELIARA WILPERT FRIEDRICH

MEMBRO

JULIANA SCHEREN

MEMBRO

Sheila Inês Bieger

MEMBRO

Vanessa Weber

MEMBRO
